Araucária Nitrogenados S.A. (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. –Petrobras)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e relatório dos auditores independentes

Rela	atório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Bala	anço Patrimonial	4
Der	nonstração de Resultado do exercício	5
Der	nonstração de Resultados Abrangentes	6
Der	nonstração dos Fluxos de Caixa	7
Der	nonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Der	nonstração do Valor Adicionado	9
Not	as explicativas	10
1.	A Companhia e suas operações	10
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	11
3.	Sumário das principais práticas contábeis	11
4.	Estimativas e julgamentos relevantes	13
5.	Novas normas e pronunciamentos	14
6.	Contas a receber	15
7.	Estoques	17
8.	Fornecedores	18
9.	Partes relacionadas	18
10.	Tributos	19
11.	Benefícios concedidos a empregados	21
12.	Patrimônio líquido	24
13.	Receita de vendas	25
14.	Custo do produtos vendidos e despesas por natureza	26
15.	Outras despesas líquidas	27
16.	Resultado financeiro, líquido	27
17.	Processos judiciais e contingências	28
18.	Gerenciamento de riscos	29
Dire	etoria Executiva	32



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Araucária Nitrogenados S.A.

- 2021 -

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Índice

Sumário:

1	Araucária Nitrogenados S.A.	5
	Compromissos pós hibernação	6
		6
4	Resultados financeiros	7
5	Membros da Diretoria Executiva (2021)	8

1. Araucária Nitrogenados S.A.

Adquirida em 01/06/2013, a Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA é uma subsidiária integral da Petrobras que está situada no estado do Paraná e atuou no setor de fertilizantes com a produção de Amônia, Ureia e ARLA 32 até início de 2020.

A fábrica de fertilizantes nitrogenados está localizada no município de Araucária (PR) e foi inaugurada em 18 de março de 1982 pela Petrobras, com capacidade nominal de produção de 437,4 mil t/ano de amônia e 531,6 mil t/ano de ureia.

Em 1993, a Unidade, que pertencia à Petrobras, foi privatizada.

Em 1995 foi realizada uma modernização no reator de amônia e em 2001 uma modernização no reator de conversão de CO, aumentando a capacidade nominal de amônia para 475mil t/ano.

Em 1997 a Unidade de ureia teve um aumento de capacidade para 700 mil t/ano.

Em novembro de 2011 foi inaugurada a primeira unidade industrial de produção do Agente Redutor Liquido Líquido Automotivo (ARLA 32) do país, com uma capacidade de 923 mil t/ano, sendo considerada a maior planta de produção de ARLA 32 do mundo.

Até 01/06/2012 a planta industrial da Araucária era uma Unidade Operacional (UO) da Ultrafértil. Na referida data a Ultrafértil foi cindida e esta unidade passou a integrar o patrimônio da Araucária Nitrogenados S.A..

Em dezembro de 2012, a Petrobras assinou acordo com a Vale Fertilizantes S.A. para a compra da empresa da ANSA, aquisição esta formalizada em 01 de junho de 2013. Desde então, a ANSA é uma subsidiária integral da Petrobras.

Aliada à estratégia de otimização do portfólio e à melhoria de alocação do capital, a Petrobras iniciou o processo de venda da companhia no ano de 2017. As negociações avançaram com a companhia russa Acron Group, mas não houve efetivação da venda, conforme comunicado ao mercado em 26 de novembro de 2019.

Devido à perspectiva de manutenção das características do seu mercado de atuação e às projeções de resultado negativo, a continuidade operacional da ANSA não se mostrou viável economicamente e, por esta razão, a Diretoria Executiva da Petrobras, em reunião levada a efeito em 13 de janeiro de 2020, aprovou que a companhia executasse o Plano de Hibernação da unidade com o desligamento de todos os empregados próprios, incluindo o pagamento de um pacote de benefícios, além das verbas rescisórias legais, como parte do acordo firmado no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O ano de 2020 foi marcado pela hibernação da fábrica. O processo teve início em janeiro de 2020 com o comunicado aos públicos de interesse, a paralisação de suas atividades produtivas, encerramento de contratos de fornecimentos, serviços e com clientes, além do processo de desligamento de seu quadro de pessoal próprio.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Índice

O desafio foi acrescido em decorrência do cenário pandêmico da COVID-19, vivido pelo Brasil e pelo mundo, que levou a empresa a tomar ações extras de prevenção e desenvolver um protocolo de segurança com medidas de contenção do vírus, permitindo que o processo de hibernação ocorresse respeitando as recomendações da Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde.

Em setembro de 2020 a Petrobras, seguindo a sua estratégia de otimização do portfólio e à melhora da alocação de capital, iniciou o processo de desinvestimento da totalidade de suas ações da ANSA, estando atualmente na fase vinculante.

Durante o ano de 2021 a ANSA manteve o cumprimento do plano de hibernação, bem como as condições que garantiram total segurança industrial e ambiental, além da integridade dos equipamentos e a segurança das pessoas.

2. Compromissos pós hibernação

No decorrer de 2021 a empresa fez a gestão dos benefícios referente ao pacote de indenização proposto no TST para a dispensa coletiva de seus empregados. Os beneficiários puderam contar com o plano de saúde, plano odontológico, benefício farmácia e benefício educacional, garantidos pelo período de 24 meses após o desligamento, seguindo as mesmas regras de quando estavam ativos. A empresa manteve o canal de comunicação aberto para atendimento das demandas e dúvidas dos beneficiários.

Outro compromisso decorrente do encerramento das atividades da ANSA e do desligamento de todos seus empregados próprios foi o encaminhamento para a finalização do processo de retirada de patrocínio dos planos de previdência privada geridos pela Fundação Petros, quais sejam, Plano Petros Ultrafértil e Plano Petros 2. O processo de retirada de patrocínio teve início em fevereiro de 2020 e foi aprovado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC em dezembro de 2021, com sua liquidação prevista para o primeiro semestre de 2022.

Com objetivo de capacitar e qualificar para o mercado de trabalho, adultos desempregados em situação financeira vulnerável na cidade de Araucária, a empresa e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI Paraná deram início ao convênio firmado em 2020 para o Projeto de Recolocação no Mercado de Trabalho e Empregabilidade. Ao todo, serão abertas, ao longo de 2022, 813 vagas gratuitas para cursos de qualificação profissional, cursos técnicos e cursos rápidos de Informática, além de consultoria em *soft skills*, para o desenvolvimento de habilidades comportamentais voltadas ao mundo do trabalho.

3. Desinvestimento

Em 17 de setembro de 2020 a controladora divulgou o *teaser* da ANSA para venda de seu ativo, com informações gerais do negócio, os critérios de elegibilidade e as principais etapas aos interessados. Aliado aos estudos relacionados ao desinvestimento, o processo de venda prevê que

empresas de outros ramos possam participar, não limitando somente a empresas da área de fertilizantes.

Atualmente o processo encontra-se na fase vinculante.

4. Resultados financeiros

A tabela a seguir apresentada demonstra os resultados obtidos pela Araucária Nitrogenados S.A. para o exercício de 2021, em comparação com o resultado dos dois últimos exercícios anteriores:

(Em milhares de reais)	2021	2020	2019
RECEITA DE VENDAS DE PRODUTOS	-	71.795	606.309
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	73.926	832.202
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	-	-2.131	-225.893
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
. ADMINISTRATIVAS	- 1.995	- 3.996	- 6.405
. TRIBUTÁRIAS	-1.216	- 3.614	- 795
. COMERCIAIS (VENDAS)	364	- 3.491	-2.475
. PROVISÃO PARA PERDAS DE ATIVOS - IMPAIRMENT	1.225	- 12.373	- 288.767
. OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS	63.573	- 167.082	- 75.563
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO, DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	61.951	- 192.687	- 599.898
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-
RECEITAS FINANCEIRAS	3.511	3.279	13.285
DESPESAS FINANCEIRAS	- 4	- 3.893	- 12.637
VARIAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAIS LÍQUIDA	- 1.156	- 232	388
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	64.302	- 193.533	- 598.862

A companhia apresentou lucro líquido de R\$64.302 mil em 2021, ou seja, resultado R\$257.835 mil melhor que o atingido no exercício imediatamente anterior e R\$663.164 mil superior ao obtido em 2019, quando a planta estava em atividade, demonstrando assim a assertividade na tomada de decisão de paralisação das atividades produtivas e comerciais da companhia, considerando que seus produtos apresentavam margem de contribuição negativa, observadas na tabela anteriormente apresentada.

Além da decisão de retirada do patrocínio dos planos de pensão, o desligamento de todo o efetivo próprio da companhia no ano de 2020 representou uma redução de custos considerável,

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Índice

contribuindo para a obtenção do resultado, ainda que atualmente se mantenham compromissos com o pacote de benefícios pactuado no acordo de dispensa coletiva.

Importante destacar também a contribuição advinda do esforço realizado pela administração da companhia na redução de custos com a conservação e manutenção da planta hibernada, realizando ações de otimização de recursos, como a revisão dos contratos de serviços, realização de leilões de sucatas, de embalagens e de produtos intermediários, entre outras.

Em virtude do encerramento das suas atividades, a companhia não dispõe de geração de receita para o atendimento de seus compromissos financeiros. No entanto, de acordo com o fluxo de caixa projetado para 2022, não há a previsão de necessidade de aporte da controladora para suportar os compromissos financeiros previstos para o exercício corrente.

5. Membros da Diretoria Executiva (2021)

Felipe Leonardo Gomes - Diretor Presidente

Herbert Luiz de Araújo Guimarães - Diretor Financeiro

Alessandro Moises Serrano - Diretor Administrativo e Jurídico



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Araucária Nitrogenados S.A.

Araucária - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Araucária Nitrogenados S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araucária Nitrogenados S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Hibernação da planta industrial

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia iniciou o processo de hibernação de sua planta industrial em 13 de janeiro de 2020 e segue o plano de negócios de sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras, incluindo o suporte financeiro, conforme mencionado na nota explicativa nº1. Neste sentido, R\$ 670 milhões foram aportados no exercício de 2020 para serem utilizados para honrar seus compromissos até que a decisão final sobre a Companhia seja tomada, que pode incluir a desativação da planta industrial e venda da Companhia. Em quaisquer cenários, a Companhia manterá suas atividades dormentes ou não, por um período superior a 12 meses. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista

para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli Contador CRC 1SP201409/O-1

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		74	511	Fornecedores	8	1.933	5.196
Contas a receber, líquidas	6	306	574	Impostos e contribuições	10.1	35	11
Contas a receber - FIDC	6	59.535	81.320	Salários, férias, encargos e participações		133	475
Estoques	7	8.666	11.656	Obrigações com liquidação de planos de pensão	11.4	18.445	-
Imposto de renda e contribuição social	10.1	6.491	6.083	Outras contas e despesas a pagar		1.138	2.293
Impostos e contribuições	10.1	-	-	Plano de saúde	11.4	1.354	-
Outros ativos circulantes		19	19		_	23.038	7.975
	_	75.091	100.163				_
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Plano de saúde e pensão	11	_	82.568
Impostos e contribuições	10.1	145.415	145.600	Provisão para contingências	17	1.743	1.743
Depósito judicial	17	315	5.808	Outras contas e despesas a pagar	1,	28	159
	<u></u>	145.730	151.408		_	1.771	84.470
		1.0.700	10100	Patrimônio líquido			5.1.75
				Capital social	12.1	2.497.051	2.497.051
				Outros resultados abrangentes	12.2	(64.895)	(37.479)
				Prejuízos acumulados	12.3	(2.236.144)	(2.300.446)
					_	196.012	159.126
Total do Ativo	_	220.821	251.571	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	_	220.821	251.571

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas de produtos	13	-	71.795
Custo dos produtos vendidos	14	-	(73.926)
Prejuízo bruto		-	(2.131)
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	14	364	(3.491)
Gerais e administrativas	14	(1.995)	(3.996)
Tributárias	14	(1.216)	(3.614)
Reversão (perdas) pela não recuperabilidade de ativos	10.1	1.225	(12.373)
Efeito líquido da retirada de patrocínio dos planos de pensão e saúde	11.4	92.942	21.772
Outras despesas, líquidas	15	(29.369)	(188.854)
		61.951	(190.556)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		61.951	(192.687)
Resultado financeiro líquido	16	2.351	(846)
Receitas financeiras		3.511	3.279
Despesas financeiras		(4)	(3.893)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(1.156)	(232)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		64.302	(193.533)
Imposto de renda e contribuição social	10.3	-	-
Lucro (prejuízo) líquido	_	64.302	(193.533)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)		0,03	(0,08)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido		64.302	(193.533)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos (Perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	12.2	(27.416)	13.742
Outros resultados abrangentes total		(27.416)	13.742
Resultado abrangente total	_	36.886	(179.791)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido	64.302	(193.533)
Ajustes para:		
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros 16	(3.102)	(2.359)
Reversão atuarial de planos de pensão e saúde 11.4	(111.387)	(15.117)
Baixas de ativos	3.208	670
Despesas (reversão) de provisão com perda de créditos tributários 10.1	(1.225)	12.373
Provisão para custo de retirada de patrocínio de planos de pensão 11.4	18.445	-
Perdas (reversão) de perda de créditos esperados - PCE	(409)	826
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	-	(1.999)
Ajustes ao valor de realização de estoques	699	29.963
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	677	4.849
Estoques	(917)	36.329
Impostos e contribuições	1.002	(18.102)
Outros ativos	5.492	494
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(3.263)	(659.585)
Impostos e contribuições	24	(1.977)
Salários, férias e encargos	(342)	(15.903)
Outros passivos	1.471	1.596
Recursos líquidos utilizados pelas atividades operacionais	(25.325)	(821.475)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangíveis	-	(681)
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	24.888	151.892
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	24.888	151.211
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital		670.000
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamentos		670.000
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(437)	(264)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	511	775
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	74	511

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Outros resultados abrangentes

	Capital subscrito e integralizado	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.827.051	(51.221)	(2.106.913)	(331.083)
Aumento de capital	670.000			670.000
Prejuízo líquido			(193.533)	(193.533)
Outros resultados abrangentes		13.742		13.742
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.497.051	(37.479)	(2.300.446)	159.126
Lucro líquido			64.302	64.302
Outros resultados abrangentes		(27.416)		(27.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.497.051	(64.895)	(2.236.144)	196.012

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2021	2020
Receitas		_
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	9.511	112.807
Reversão (perda) de créditos esperados - PCE	409	(826)
	9.920	111.981
Insumos adquiridos de terceiros		
Perdas (reversão) no valor de recuperação de ativos	1.225	(12.373)
Matérias-primas	(1.894)	(43.447)
Materiais, energia, serviços de terceiros, produtos para revenda e outros	(18.369)	(41.387)
Créditos fiscais sobre insumos e produtos para revenda e outros	(5.181)	(39.009)
	(24.219)	(136.216)
Valor consumido bruto	(14.299)	(24.235)
Valor adicionado líquido consumido pela Companhia	(14.299)	(24.235)
	(2233)	(==55)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	3.511	3.279
Valor adicionado consumido	3.511	3.279
valor adicionado consumido	(10.788)	(20.956)
Distribuição do valor consumido		
Pessoal e encargos		
Salários e participações	2.381	99.403
Benefícios	(79.904)	19.172
FGTS	2	30.716
	(77.521)	149.291
Federais	1.240	14.378
Estaduais	31	3.511
	1.271	17.889
Instituições financeiras e fornecedores		
Instituições financeiras e fornecedores Juros, variações cambiais e monetárias	1.160	4.125
	1.160	4.125 1.272
Juros, variações cambiais e monetárias	1.160 - 1.160	4.125 1.272 5.397
Juros, variações cambiais e monetárias	-	1.272
Juros, variações cambiais e monetárias Despesas de aluguéis	-	1.272
Juros, variações cambiais e monetárias Despesas de aluguéis Acionistas	1.160	1.272 5.397

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Araucária Nitrogenados S.A. "Araucária", "ANSA" ou "Companhia" é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. A Companhia está localizada no Estado do Paraná, tem por atividades principais a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos.

A Companhia apresentou déficits operacionais desde sua aquisição em 01/06/2013 ocasionados pelas paradas programadas e, principalmente, pelas não programadas para atender às falhas sistêmicas relacionadas com a caldeira geradora de vapor da planta de fertilizantes. Somente no ano de 2015 o resultado líquido e o fluxo de caixa ajustado (Ebitda – Lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) da Companhia foram positivos e a planta operou com Fator de Utilização – FUT de 84%. Nos demais exercícios de 2014 a 2019 o FUT médio apresentado variou entre 52% e 56%.

Devido à perspectiva de manutenção das características do seu mercado de atuação e às projeções de resultado negativo, a continuidade operacional da ANSA não se mostrava viável economicamente, e por esta razão a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras, acionista controladora, em 13 de janeiro de 2020, aprovou que a Araucária Nitrogenados executasse o Plano de Hibernação com desligamento de todos os empregados próprios, incluindo o pagamento de abono pecuniário adicional às verbas rescisórias legais e a extensão do prazo de benefícios. Atualmente, a Planta encontra-se hibernada de forma segura, as atividades relacionadas com a hibernação da planta, manutenção, limpeza, segurança e demais atividades administrativas da Unidade estão sendo conduzidas por uma equipe de 6 empregados cedidos pela sua controladora Petrobras, mais um efetivo de aproximadamente 70 colaboradores terceirizados.

A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Planta hibernada e retomada do processo de desinvestimento

Diante da atual situação a companhia concluiu algumas ações de otimização de recursos que vinham sendo implantadas com a finalidade de minimizar o custo financeiro de sua planta hibernada, como leilões de sucatas, de embalagens e de produtos intermediários, cancelamento de pedidos de compra, distratos e redução dos contratos de serviços.

O Conselho da Administração da Petrobras autorizou, em reunião de 29 de janeiro de 2020, o aporte de capital na Companhia no montante de até R\$ 859.000. Em 31 de dezembro de 2020 havia sido aportado R\$670.000 com o objetivo equilibrar a necessidade de caixa operacional da Companhia.

Para o ano de 2022 a Companhia projeta um fluxo de caixa suficiente para garantir a quitação de todos os compromissos assumidos, não sendo necessário aporte da Controladora.

No dia 17/09/2020 a sua controladora Petróleo Brasileiro S. A. divulgou ao mercado o novo *teaser* da ANSA, referente a venda da totalidade de sua participação acionária na empresa. Esta oportunidade está aberta não só para investidores do setor de fertilizantes como também para demais ramos de negócio que visualizem oportunidade de investimento no local, seja pela sua localização estratégica no sul do país, mas muito próximo do Sudeste, como pelo potencial construtivo do terreno e pelo ambiente macroeconômico favorável.

O processo está na fase vinculante, na qual os interessados estão recebendo as informações necessárias para posterior apresentação de proposta.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Esta operação está alinhada à otimização de portfólio e à melhora de alocação do capital de sua Controladora, visando a maximização de valor para seus acionistas.

Próximas etapas referentes ao desinvestimento da ANSA serão divulgadas oportunamente ao público externo.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor de mercado ao valor recuperável ou ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgadas na nota explicativa 5.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 04 de março de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tal riqueza foi distribuída. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, por ser a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo
 fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas
 específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo
 quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem
 contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por
 apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A companhia não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capta) da Sociedade nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 11.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 17.

4.3. Perdas de créditos esperados

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

5. Novas normas e pronunciamentos

5.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022
Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022
Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022
Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração	1º de janeiro de 2022
Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023
Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023
Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction—Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023

Quanto às emendas e normativo listados acima, a Companhia não estima impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações.

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

2021	2020
4.608	4.983
249	551
(4.551)	(4.960)
306	574
59.535	81.320
59.841	81.894
	249 (4.551) 306 59.535

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

(i) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas da Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP, é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 18.

Política contábil

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas como despesas de vendas

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

a) Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

b) Definição de inadimplência (default)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

c) Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

6.2. Movimentação das perdas de créditos esperados - PCE

	2021	2020
Saldo inicial	(4.960)	(4.134)
Adições	-	(826)
Reversão	409	
Saldo final	(4.551)	(4.960)

6.3. Contas a receber vencidos – clientes terceiros

	2021	2020
De 6 a 12 meses	57	23
Acima de 12 meses	4.551	4.960
	4.608	4.983

7. Estoques

	2021	2020
Produtos acabados	-	41
Ureia	2	2
Arla	17	185
Outros	403	975
Provisão para ajuste ao valor de realização (i)	(422)	(1.121)
Materiais e suprimentos (ii)	8.666	11.615
	8.666	11.656

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou os seus estoques e decidiu pela constituição da provisão para perdas na realização de estoque de produtos acabados uma vez que o seu custo foi superior ao valor de venda, deduzidos os custos de comercialização e impostos sobre venda.
- (ii) Materiais e suprimentos, foi constituído um comitê de licitação e foram lançados dois leilões, publicados no DOU em 13/08/20 e 24/08/20, sendo mantidas ações visando a alienação e/ou realização de novo leilão desses materiais. Há, também, tratativas que esses estoques sejam alienados em conjunto com a Companhia. Em 2021, as baixas de materiais considerados inservíveis atingiram R\$ 3.208 (nota 15)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao seu valor contábil.

Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

8. Fornecedores

	2021	2020
Terceiros no país	1.933	1.022
Partes relacionadas (Nota 9)		4.174
	1.933	5.196

9. Partes relacionadas

9.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Petroleo Brasileiro S.A.	2021	2020
Ativo	-		
Circulante			
Contas a receber, por venda de produtos (*)	249	249	551
	249	249	551
Passivo			
Circulante			
Fornecedores, por fornecimento de matéria-prima, insumos e produtos para			
revenda		-	4.174
	-	-	4.174
Resultado			
Receitas por vendas de produtos	-	-	1.962
Despesas financeiras	-	-	(3.804)
Receitas (Despesas) operacionais (nota 15)	7.705	7.705	31.672
	7.705	7.705	29.830
	•	•	

(*) Em 31.12.2020, R\$ 357 referem-se ao saldo com a Petrobras Distribuidora S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9.2. Remuneração da administração da Companhia

Os Membros da Diretoria exercem funções gerenciais na Controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

Em dezembro de 2021 e 2020, não existia funcionários contratados, em face da hibernação da planta industrial, ocorrida no primeiro trimestre de 2020.

10. Tributos

10.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante	
	2021	2020
Imposto de renda	6.486	6.079
Contribuição social	5	4
	6.491	6.083

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante	Ativo não Circulante			ılante Ativo não Circulante Passivo Circular			Passivo Circulante	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020			
ICMS (i) e (iii)	-	-	35.054	35.054	-	-			
PIS/COFINS (ii) e (iii)	-	-	110.361	110.546	-	-			
Imposto de renda retido de terceiros	-	-	-	-	9	8			
Outros		-	-	-	26	3			
		-	145.415	145.600	35	11			

- (I) Os créditos de ICMS são originados da aquisição de insumos de produção e de materiais incorporados ao imobilizado, e inclui créditos habilitados no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados do Paraná (SISCRED). Os créditos a recuperar, no montante de R\$ 35.054, estão habilitados no SISCRED.
- (ii) Os créditos de PIS/COFINS são originados das aquisições de insumos de produção e do imobilizado, de acordo com as leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003. Os créditos a recuperar, no montante de R\$ 110.361, são créditos passiveis de restituição, os quais já foram protocolados pedidos de restituições junto à Receita Federal do Brasil.
- (iii) A Companhia, em razão da decisão de hibernação da planta de industrial e a consequente paralisação das atividades mercantis geradoras de débitos desses tributos, realizou o teste recuperabilidade dos créditos fiscais e reconheceu, em 2021, uma reversão da perda de R\$ 1.225, sendo reversão da provisão de R\$ 2.743 de PIS/COFINS e complemento da provisão de R\$1.518 de ICMS (perda de R\$ 12.373 em 2020). Os saldos apresentados na tabela acima já se encontram líquidos de tal provisão.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	·	
	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	64.302	(193.533)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(21.863)	65.801
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições/exclusões permanentes, líquidas	6.348	(15.128)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(20.824)	(77.202)
Provisão para perdas de estoques	158	10.461
Planos de pensão e saúde	13.853	2.181
Perdas com créditos fiscais	416	(4.207)
Perdas por desvalorização de ativos	22.296	18.171
Outros	(384)	(77)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u> </u>	_
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes		-
	-	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável, nas atuais circunstâncias, que os lucros tributários futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes impostos.

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico, aprovado pela Administração da companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

11. Benefícios concedidos a empregados

11.1. Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O Plano Petros 2 foi implementado pela Companhia, em setembro de 2015, na modalidade de contribuição variável.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa desde 1º de julho de 2012, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

11.2. Plano Petros Ultrafértil

É um plano de previdência complementar de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício definido concedido pela Previdência Social. Esse plano de previdência possui 47 participantes entre ativos e assistidos.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria de benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes, ou seja, de forma paritária.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.3. Outros planos

A Companhia também patrocina um plano de assistência médica, cujo benefício concedido é a extensão da assistência médica, no desligamento da Companhia ou por aposentadoria, para os empregados que efetuem contribuição fixa para o plano, conforme previsto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98. O plano assistencial é contratado junto à operadora Central Nacional Unimed.

11.4. Retirada de patrocínio e liquidação dos planos de pensão e saúde

Planos de pensão

Em 24 de junho de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou a proposta da Petros para fixação da database de 30/04/2020 como referência para os cálculos do processo de Retirada de Patrocínio dos planos Petros 2 e Petros Ultrafértil. O processo passou por todas as instâncias de aprovação, tendo sua publicação pela PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), autarquia responsável pela aprovação das retiradas de patrocínio dos planos de previdência, conforme Portaria de 21/12/2021 e no Diário Oficial da União em 30/12/2021 para ambos os planos.

Com a publicação da aprovação do processo de retirada dos referidos planos e para fins de avaliação atuarial CVM, foi apurado o ganho na liquidação da obrigação com encerramento do saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2021 nos planos de pensão.

Dessa forma, a revisão atuarial, em 31 de dezembro de 2021, resultou na liquidação antecipada do passivo, tendo como impacto o reconhecimento positivo no resultado de R\$ 61.377.

E, em ato contínuo, foi constituída uma dívida com a Petros, referente ao aporte que a Patrocinadora terá que pagar, em 29 de abril de 2022, pela retirada do patrocínio, estimado, em 31 de dezembro de 2021, em R\$ 18.445, conforme informações disponíveis apuradas pela Fundação Petros.

Com a liquidação do passivo atuarial dos planos de pensão e constituição de dívida para pela retirada do patrocínio, foi reconhecido, no resultado, um montante líquido de R\$ 42.932 (R\$ 61.377, resultado positivo pela liquidação do passivo atuarial e R\$ 18.445, negativo, pela constituição de dívida pela retirado do patrocínio dos planos de pensão).

Plano de saúde

Devido à proximidade do prazo de encerramento das obrigações firmadas no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em julho de 2022, dentre elas o término da prorrogação do contrato com plano de saúde Unimed e, o não surgimento de oferta vinculante (potencial comprador) que pudesse assumir o contrato com a Unimed, a companhia emitiu um comunicado aos empregados demitidos sobre a extinção do plano.

Diante do exposto, a companhia avaliou o cenário junto aos consultores atuariais independentes e julgou importante rever a data fim de direito do beneficiário "Aposentado", na base de dados cadastrais, para fins de avaliação atuarial, por entender que esses participantes perderão o benefício cruzado, uma vez que o plano será extinto e/ou migrarão de apólice, caso esses desejarem permanecer com a Unimed.

Com isso, durante o processo de consistência da base de dados, todos os participantes "aposentado demitido" que estavam sendo calculados de forma vitalícia tiveram seu direito encerrado.

Devido ao atraso no cronograma de desinvestimento e diante da liquidação do plano de pensão, a companhia optou ao final de 2021 realizar nova avaliação e a liquidação do plano de saúde, tendo em vista que o mesmo seria extinto após o prazo das obrigações firmadas no TST, sem a migração desse compromisso a um potencial novo proprietário.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em função disso, com a revisão atuarial de 31 de dezembro de 2021, ocorreu a liquidação, substancial do passivo, tendo um reconhecimento positivo, no resultado, de R\$ 50.010 e o saldo remanescente de passivo de R\$ 1.354, foi transferido para o circulante.

Demonstrativo do efeito, na DRE, da liquidação do passivo atuarial dos planos de pensão e saúde:

Efeito da liquidação do passivo atuarial no resultado:	Planos de pensão	Planos de pensão Plano de saúde			
Liquidação do passivo atuarial	61.377	50.010	111.387		
Constituição de dívida pela retirada de patrocínios	(18.445)	-	(18.445)		
Efeito líquido:	42.932	50.010	92.942		

A evolução do passivo atuarial, apurado com base em laudo de atuário independente, encontra-se apresentada a seguir:

(a) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

		2020		
	Planos de Pensão	Planos de Saúde	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Obrigação atuarial no início do exercício	80.217	50.822	106.327	59.051
Custo do serviço corrente	314	-	2.727	6.305
Custo dos juros	1.879	3.587	3.054	4.229
Benefício pagos	(4.484)	-	(974)	-
Contribuições dos participantes	4.181	-	1.019	-
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(44.799)	(2.930)	1.119	(1.258)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	37.781	(115)	(147)	4.110
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	37.478	-	(1.123)	(14.960)
(Ganhos)/Perdas atuariais por retorno de investimentos	(51.190)	-	(16.668)	-
Custo de Serviço Passado – Redução do Plano	-	-	-	(6.655)
Eliminação antecipada de obrigações	(61.377)	(50.010)	(15.117)	<u>-</u>
Obrigação atuarial no fim do exercício		1.354	80.217	50.822

(b) Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	2021				2020		
	Planos de Pensão	Planos de Saúde	Plan Pens	os de são	Planos de Saúde		
Ativos do plano no início do exercício	48.4	71	-	62.652	!	_	
Receita de juros	5.3	83	-	4.453	1	-	
Contribuição pagas pela empresa	3.0	40	-	1.019)	-	
Contribuição de participantes		-	-	557	,	-	
Benefícios pagos	(5.70	04)	-	(3.542)		-	
Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	(51.19	90)	-	(16.668)			
Ativos do plano no fim do exercício		-	-	48.471			

(C) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

		2020			
Obrigações	Planos de Pensão	Planos de Saúde	:	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Valor presente das obrigações		-	1.354	80.217	50.822
(-) Valor justo dos ativos do plano		-	-	48.471	-
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro		-	1.354	31.746	50.822
			1.354		82.568

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

(D) Premissas atuarias adotadas no cálculo

		2020		
	Planos de Pensão	Planos de Saúde	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	10,64(1), 10,73(2) 10,68	7,13(1), 7,17(2)	7,20
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	10,64(1), 10,73(2)	7,13(1), 7,30(2)	
Taxa nominal de crescimento salarial (% a.a.)	5,83(1), 7,20(2)	4,15(1), 6,20(2)	
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	4,9	7 4,97	3,32	3,32
Inflação (% a.a.)	4,9	7 4,97	3,32	3,32
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (% a.a.)		5,24 a 3,25	i	11,50 a 3,50

⁽¹⁾ Plano Petros Ultrafértil – (2) Plano Petros 2

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 2.497.051 e está representado por 2.497.051.443 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, respectivamente.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12.2. Outros resultados abrangentes

Companhia reconhece perdas e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2021, a Companhia reconheceu perda líquida de R\$ 27.416 com remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica, sendo perda de R\$ 30.460 com planos de pensão e ganho de R\$ 3.044 com plano de saúde (nota 11).

Prática contábil

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de: i) remensurações em planos de benefício definido.

12.3. Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$ 2.236.144, tendo a Companhia apurado um lucro no exercício de R\$ 64.302. Esse resultado decorre, principalmente, pelo resultado positivo com a liquidação antecipado dos planos de pensão e saúde.

12.4. Resultado por ação

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Araucária Nitrogenados Quantidade de ações ordinárias	64.302 2.497.051.443	(193.533) 2.299.551.443
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,03	(0,08)

13. Receita de vendas

	2021	2020
Receitas brutas de vendas (i)	-	78.996
Encargos de vendas (PIS, COFINS e ICMS)	=	(7.201)
Receitas líquidas de vendas	-	71.795
Ureia	-	33.529
Amônia	-	9.589
Reforce	-	22.812
Arla	-	2.846
Outros		3.019
	-	71.795

(i) Redução em função da hibernação da planta industrial e da paralização das atividades comerciais.

Prática contábil

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

A companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da companhia baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a companhia satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

14. Custo dos produtos vendidos e despesas por natureza

	2021	2020
Gastos com pessoal (i)	(15.421)	(171.063)
Reversão de gastos (planos de pensão e saúde) (nota 11.4)	92.942	21.772
Matérias-primas e produtos para revenda (ii)	(1.894)	(43.447)
Serviços contratados (iii)	(18.369)	(41.387)
Provisão para perda (reversão) na recuperação de créditos tributários	1.225	(12.373)
Tributárias	(1.216)	(3.614)
Perdas com processos judiciais	(4.241)	-
Variação de estoques	-	(51.175)
Cessão de créditos (iv) (nota 15)	9.511	34.002
Outras receitas (despesas)	(586)	2.803
	61.951	(264.482)
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos vendidos	-	(73.926)
Despesas com vendas	364	(3.491)
Despesas gerais e administrativas	(1.995)	(3.996)
Tributárias	(1.216)	(3.614)
Provisão para perda com impostos	1.225	(12.373)
Efeito líquido de liquidação de planos de pensão e saúde	92.942	21.772
Outras receitas (despesas) líquidas	(29.369)	(188.854)
	61.951	(264.482)

- (i) A redução deve-se à hibernação da planta industrial. Os valores de 2021, referem-se a reversão de gastos com planos de pensão, em virtude da retirada de patrocínio e liquidação do passivo atuarial.
- (ii) Redução de gastos em função da hibernação da planta industrial.
- (iii) Redução devido aos menores gastos com conservação e manutenção da planta industrial, em função da hibernação.
- (iv) Refere-se cessão à Petrobras, no primeiro trimestre de 2021, de créditos junto à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica CCEE, em função de diferença valorada ao Preço de Liquidação das Diferenças PLD. Em 2020, refere-se à cessão para a Petrobras de direito de créditos, referente à Quantidade Paga e Não Retirada de Gás Natural QPNR, que a Companhia detinha junto à Compagás.-

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Outras despesas líquidas

	2021	2020
	2021	
Paradas não programadas (i)	=	(68.356)
Multas contratuais aplicada a clientes	57	493
Perdas com processos judiciais (ii)	(4.241)	-
Reversão de provisão para contingências com processos judiciais	-	1.999
Equipamentos fora de operação (iii)	(33.054)	(157.817)
Receitas eventuais (iv)	9.511	34.002
Baixa de materiais inservíveis	(3.208)	(569)
Resultado de atividades não-fim	1.729	2.049
Outras	(163)	(655)
	(29.369)	(188.854)

- (i) Ausência em função da hibernação da planta industrial no início do ano de 2020.
- (ii) Perdas com processos judiciais, com utilização de depósitos judiciais.
- (iii) Referem-se a gastos gerais do processo produtivo, como demissões pessoal e serviços de manutenção das instalações que, em virtude da hibernação da planta industrial, são alocados para despesas.
- (iv) Em 2021, a cessão de créditos junto à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica CCEE, em função de diferença valorada ao Preço de Liquidação das Diferenças PLD. A companhia optou por essa cessão para assim conseguir viabilizar de fato o seu direito a receber de tais créditos, por conta da dificuldade que havia de sua viabilização diretamente à CCEE, especialmente após a hibernação da planta, o que impedia o seu reconhecimento como ativo. Em 2020, refere-se à cessão para a Petrobras de direito de créditos, referente à Quantidade Paga e Não Retirada de Gás Natural QPNR, que a Companhia detinha junto à Compagás.

16. Resultado financeiro, líquido

	2021	2020
Receita financeira	3.511	3.279
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	3.102	2.359
Juros recebidos de clientes	297	492
Juros sobre depósitos judiciais	112	428
Despesas financeiras	(4)	(3.893)
Despesas financeiras - terceiros	(3)	(79)
Despesas financeiras - partes relacionadas (i)	-	(3.804)
Despesas financeiras - direito de uso bens terceiros	(1)	(10)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(1.156)	(232)
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	(1.009)	159
Atualização monetária sobre contratos	(147)	(391)
Total	2.351	(846)

(i) Refere-se a encargos pelos pagamentos de faturas em atraso a sua controladora Petrobras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Processos judiciais e contingências

17.1. Processos judiciais provisionados, Depósitos Judiciais e Processos Judiciais não provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Depósitos judiciais	2021	2020
Trabalhistas (i)	315	5.808
	315	5.808
Durance indicinic appointments	2024	2020
Processos judiciais provisionados	2021	2020
Trabalhistas	1.743	1.743
	1.743	1.743

(i) A redução deve-se a utilização desses depósitos para liquidar processos judiciais (nota 15).

Os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas são divulgados, a menos que a expectativa de ocorrer qualquer desembolso seja remota.

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

		Estimativa
Natureza	2021	2020
Cíveis - Gerais	27.637	26.945
Trabalhistas	163.589	114.230
	191.226	141.175
Descrição dos processos de natureza trabalhista:		Estimativa
	2021	2020
Autor: SINDIQUÍMICA 1) Indenização trabalhista destacando-se ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).		
	148.728	100.000
Autor: Pessoas físicas - diversas		
2) Outros processos trabalhistas de diversos autores	14.861	14.230
Total	163.589	114.230
Processos administrativos:		
Autor: Prefeitura do Município de Araucária:		
3) Auto de Infração 217/2019, da Prefeitura do Município de Araucária referente cobrança de ISS.	18.900	18.900
Autores: Diversos		
4) Outros processos de diversos autores	8.737	8.045
Total	27.637	26.945

17.2. Processos judiciais sob responsabilidade de terceiros

O contrato de compra e venda celebrado por ocasião da compra da totalidade das ações da Companhia que pertenciam a Vale Internacional pela Petrobras, definiu que as ações judiciais de competência anterior à data da aquisição seriam de responsabilidade da parte vendedora, cabendo a essa o direito de defesa e a obrigação de desembolso em caso de perdas judiciais.

18. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pela Petrobras e suas controladas. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro, não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia reconhece o contas a receber, no momento inicial, pelo valor da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensura pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzido das perdas com crédito de liquidação duvidosa.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	74	511
Contas a receber, líquidas	306	574
Contas a receber - FIDC	59.535	81.320
	59.915	82.405
Não circulante		
Depósitos judiciais	315	5.808
	315	5.808
Passivo		
Circulante		
Financiamentos		
Fornecedores	1.933	5.196
Receita diferida		
Outras contas e despesas a pagar	1.138	2.293
	3.071	7.489

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e de contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

O Contas a receber-FIDC, conforme divulgação (nota 6.1), está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

A Companhia procura mitigar o risco de crédito associado aos seus clientes principalmente com base no histórico de operações e recebimento e com base em análise de crédito.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos, transações de vendas e aportes da Controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

c. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

d. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras) Diretoria Executiva

FELIPE LEONARDO GOMES Diretor Presidente

HERBERT LUÍZ DE ARAÚJO GUIMARÃES Diretor Financeiro ALESSANDRO MOISÉS SERRANO Diretor Administrativo e Jurídico

ROBSON HONORATO Contador CRC-RJ - 086.473/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Araucária Nitrogenados S.A. – ANSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à vista do Parecer dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, de 22 de fevereiro de 2022, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento de que a ANSA registrou lucro líquido no exercício de 2021, montante que será destinado à conta de prejuízos acumulados, pela Proposta de Destinação do Resultado, a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, com base no exercício de suas atividades a partir de sua nomeação e esclarecimentos prestados pela empresa, bem como, no Parecer dos Auditores Independentes da KPMG, sem ressalvas, que asseguram que as Demonstrações Financeiras representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Araucária Nitrogenados S.A. – ANSA, opina no sentido de que as referidas Demonstrações Financeiras do ano de 2021 e a Proposta de Destinação do lucro líquido do exercício estão em condições de serem encaminhadas à deliberação pela Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

SAMUEL YOUNG BIN Assinado de forma digital por SAMUEL YOUNG BIN NA:12437086706
NA:12437086706
Dados: 2022.03.15 09:02:07 -03'00'

Samuel Young Bin Na

Presidente do Conselho Fiscal

LUIS ADOLFO
PEREIRA
BECKSTEIN:080739 Dados: 2022.03.14
42704
21:53:30 -03'00'

Assinado de forma digital
por LUIS ADOLFO PEREIRA
BECKSTEIN:08073942704
82362106004
15/03.
4 Conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital

Luis Adolfo Pereira Beckstein Conselheiro Fiscal Fabricio Stobienia de Lima Conselheiro Fiscal